
A GENÉTICA CULTURAL DA «REPRODUÇÃO»*

Stephen R. Stoer**

A Reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1977) é uma obra que procura explicar como as sociedades de classe se reproduzem e como, ao fazerem-no, reproduzem as desigualdades que lhes são inerentes. Bourdieu e Passeron propõem-se «desmontar» o mecanismo da reprodução: como se processa exactamente a reprodução da estrutura das relações de classe? Como adiante veremos, segundo eles, a resposta reside nas formas segundo as quais a reprodução cultural contribui para, ou está relacionada com, a produção social.

Bourdieu e Passeron apresentam uma teoria de reprodução cultural que se enquadra numa teoria mais ampla de *poder simbólico*, que estuda a forma como os significados são impostos e, portanto, de que forma a dominação simbólica reforça e legitima a dominação social. Seguindo Levi-Strauss, concentram-se na cultura enquanto código de transmissão e de recepção de «mensagens». A obra trata essencialmente da relação entre essa cultura e a produção material. Procura teorizar esta relação, a fim de revelar como a produção material, embora determinante da cultura, é afectada por esta, isto é, possui com ela uma «relação dialéctica».

A teoria apresentada em *A Reprodução* é por si própria polémica, pretendendo ser, segundos os autores, uma quebra com todas as representações ou concepções «espontâneas» acerca da acção pedagógica enquanto acção não violenta. Os autores têm como objectivo demonstrar que todas estas acções são caracterizadas por um duplo arbitrário de violência simbólica – o arbitrário da selecção de valores e o da proposta inculcação – arbitrário porque não é deduzível de um princípio *a priori*, mas deriva, embora indirectamente, da estrutura das relações de classe.

* Publicado originalmente em 1979 (Fevereiro) em *O Professor* (n.º 15, pp. 21-24).

** À data, *Research Assistant* na Universidade Aberta de Inglaterra. Naquele ano, o autor realizava em Portugal uma pesquisa sobre a mudança de ideologia nas Escolas do Magistério Primário.

Assim, implicitamente, Bourdieu e Passeron atribuem o primado à prática da reprodução, defendendo que são a distribuição desigual do poder e as desigualdades que dela resultam que pesam, mais que os princípios burgueses de liberdade, justiça, etc., que, de facto, são apenas ideológicos.

O livro está dividido em duas partes, uma teórica e outra empírica; os autores esclarecem, contudo, que as duas partes estão intimamente ligadas, com a finalidade de demonstrar a contínua interpenetração entre a teoria e a investigação empírica. Podemos supor, em relação ao conteúdo do livro, que a apresentação e o estilo de linguagem usados se destinam a servir de exemplo daquilo que pretendem «desmistificar». A primeira proposição de *A Reprodução* é a seguinte: «Todo o poder que exerce violência simbólica, isto é, todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as relações de poder que estão na base da sua força, junta a sua própria força simbólica específica a essas relações de poder» (*ibid.*: 4). Podemos portanto afirmar que: a) o poder da violência simbólica consiste em impor significados; b) o poder da violência simbólica baseia-se nas relações de poder (a distribuição desigual do poder resultante da sociedade de classes); c) as relações de poder são dissimuladas por processos de legitimação; e d) escondendo as relações de poder, a violência simbólica estabelece-se e aumenta a sua própria força.

Este primeiro axioma é fulcral no livro. Expressa tanto a «autonomia relativa» como a dependência relativa das relações simbólicas das relações de poder. Como resultado, é considerado por Bourdieu e Passeron como o «princípio da teoria do conhecimento sociológico». Isto, porque qualquer das teorias sociológicas clássicas – Marx, Durkheim, Weber – tem a sua base social no sistema de estrutura de classe e de distribuição de poder. As condições que possibilitaram a construção destas teorias excluía a possibilidade de construir quaisquer outras.

Na base deste princípio de conhecimento sociológico, Bourdieu e Passeron definem a acção pedagógica como uma forma de violência simbólica: «Toda a *acção pedagógica* é, objectivamente, violência simbólica, na medida em que constitui a imposição de um arbitrário cultural por parte de um poder arbitrário» (*ibid.*: 5). A acção pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A acção pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de «relações de força» dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as acções pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objectiva e indirectamente a acção pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado económico e simbólico.

Sendo considerada como uma mera ligação de comunicação, a acção pedagógica mantém dissimulada (mascara) a sua própria natureza, a de impor o poder dominante da classe dominante. Para que esta tenha lugar, são necessárias as condições sociais de imposição e inculcação que são as relações de força, que não fazem parte da sua definição simbólica como ligação de comunica-

ção. Assim, através da realização do processo de reprodução cultural, a acção pedagógica perpetua a estrutura de classe de uma dada sociedade.

Porque é que professores e educandos aceitam a violência simbólica?

Aceitam-na porque, de facto, a *não reconhecem*; não reconhecem as relações de força que constituem a sua base. A condição da prática da acção pedagógica, defendem Bourdieu e Passeron, é o *não reconhecimento*. Os professores, conseqüentemente são aceites como legítimos, como possuindo autoridade para impor significados e para controlar o processo de inculcação. Os educandos, pelo seu lado, aceitam *a priori* que a informação transmitida é legítima e que os professores têm o direito de ensinar. Quanto maior o «reconhecimento» da legitimidade da autoridade e da informação transmitida mais profundo o efeito da acção pedagógica.

Bourdieu e Passeron defendem que a imposição de uma ortodoxia cultural numa formação social é o resultado da luta pela legitimidade no campo cultural competitivo. É uma luta limitada às diferentes fracções dos grupos ou classes dominantes. A fracção dominante impõe a legitimidade da dominação através da sua própria produção simbólica ou por meio de ideólogos conservadores que, de facto, apenas servem os interesses dos grupos dominantes – servindo assim somente os seus próprios interesses. Estes ideólogos oriundos de uma fracção dominada, tendem a colocar o «capital cultural» (isto é, os objectivos culturais transmitidos por uma acção pedagógica diferente na família e que, como capital, podem ser proveitosamente lançados no mercado de bens simbólicos), a que devem a sua própria posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. É evidente que Bourdieu e Passeron se empenham em revelar a «natureza de classe» dos grandes estabelecimentos intelectuais da França, em particular *les Grandes Écoles*.

Todos os agentes ou instituições que exercem acção pedagógica são investidos de uma autoridade delegada que lhes vem das classes dominantes. É uma delegação do direito de violência simbólica que é sempre *limitada*. Uma instância pedagógica não tem liberdade para definir livremente as formas de imposição, o conteúdo ou a selecção do público impostos. E, naturalmente, quanto maior a afirmação do mercado do valor económico e simbólico dos produtos da acção pedagógica maior o poder simbólico e maior o reconhecimento da legitimidade do material e do simbólico.

O «mecanismo» da reprodução

Bourdieu e Passeron introduzem o termo *habitus* referindo-se à cultura tal como existe ao nível da consciência individual, isto é, como um sistema de disposições que possibilita tanto a

apreensão dos significados culturais e a criação de novos significados incorporados em produtos culturais intelectuais materiais. É o *habitus* que gera formas de pensamento e de acção e que constitui os programas de percepção, pensamento e acção. O *habitus* perpetuará, portanto, em diferentes práticas, os princípios do arbitrário interiorizado, reproduzindo assim, permanentemente o arbitrário cultural dominante. Como instrumento fundamental de continuidade histórica, a educação como processo de produção do *habitus*, é equivalente, no campo da cultura, ao processo de transmissão de capital genético, no campo biológico.

A acção pedagógica, ao produzir uma formação durável sob a forma do *habitus* reproduz não só a cultura mas também as condições sociais da cultura arbitrária dominante – isto é, as estruturas objectivas que produzem a estrutura de classe. A produtividade específica da acção pedagógica é tanto mais alta quanto melhor conseguir exercer o seu próprio efeito de inculcação, isto é, o seu próprio efeito de reprodução. O *habitus* deve ser, portanto, «durável, transponível e exaustivo».

Bourdieu e Passeron vêem o *habitus* integrado a dois níveis na sua conceptualização do processo cultural de reprodução. Primeiramente, é integrado ao nível individual, em que o *habitus* actua como mediador entre o *input* e *output* cultural, isto é, o indivíduo recebe uma forma de programação que lhe permite gerar os seus próprios programas. Este «*habitus* primário» desenvolve-se no contexto da educação familiar dos primeiros anos, que consiste em aprendizagens da vida quotidiana, incluindo a aquisição de linguagem e a dominação de uma «disposição lógica» que são mais ou menos complexas e simbolicamente elaboradas, consoante os diferentes grupos ou classes. Em segundo lugar, é integrado ao nível da sociedade, em que a escola funciona com a finalidade de produzir o *habitus* que permite a reprodução de significados culturais e funciona assim para reproduzir a estrutura das relações sociais. A escola transmite a cultura ao indivíduo e produ-lo como agente produtor e reproduzidor de cultura. A escola forma o *habitus* através do trabalho de inculcação.

Crítica a «A Reprodução»

No resumo inevitavelmente esquemático da parte teórica de *A Reprodução* atrás apresentado podemos identificar dois problemas fundamentais. O primeiro é aquele de que enfermam todas as teorias que procuram conceptualizar a relação entre o que se nos afigura serem duas esferas de actividade logicamente diferentes: a esfera da produção material e a esfera simbólica da educação formal. O problema específico de Bourdieu e Passeron é a tentativa de incorporar uma definição de classe baseada em «capital cultural» em outra baseada em «capital económico». É esta integração que levanta problemas ao nível conceptual. O problema é de certo modo disfarçado pela subteorização do económico na obra em questão. O outro problema fundamental é o problema substantivo de explicar a aquisição diferencial do *habitus* por diferentes classes sociais.

Qualquer dos problemas pode ser referido ao conceito mediador crucial de *habitus*. Como vimos, o *habitus*, em tanto que estruturado e estruturante, é o «mecanismo» de reprodução. Contudo, o funcionamento real deste mecanismo é insatisfatoriamente explicado por Bourdieu e Passeron. Fala-se de «dialéctica» e, contudo, o que está implícito na obra é uma teoria da aprendizagem «behaviourista»; não existem quaisquer noções de contradição. Daí que o próprio determinismo materialista que os autores procuram ultrapassar com o seu ênfase no «cultural» venha a dominar a teoria. O cultural, em vez de dar lugar a uma «autonomia relativa», transforma meramente, como assinalaram Baudelot e Establet (1971), «classe em casta».

Poderíamos de facto indagar qual é a origem do espaço que dá lugar à «autonomia relativa» do cultural na teoria de Bourdieu e Passeron. Parece ser, em última instância – e isto foi o que Basil Bernstein sublinhou no seu artigo «Aspectos das Relações entre a Educação e a Produção» (1977) –, a separação dos agentes de capital simbólico das relações de produção. Quer dizer, a educação não pode ser reduzida à produção material mas deve algo à forma intelectual. A mensagem ideológica fundamental do sistema educacional é a sua aparente autonomia, a sua aparência de objectividade, de neutralidade, de objectivos altruístas; como notam Bourdieu e Passeron, a neutralidade e a objectividade «tornam-se atributos dos seus agentes superiores». Assim, a função essencial do sistema educacional é o *controle*. Efectivamente, portanto, ficamos com uma interpretação negativa, funcionalista, da reprodução e com uma noção de ideologia de «falsa consciência» bastante simplista (os agentes não reconhecem a *realidade*). O *habitus*, de facto, parece ser o «não conhecido» da reprodução; é subteorizado, não tem especificidade. É quase como ter um conceito do inconsciente sem o especificar. Como pode o *habitus* ser simultaneamente determinado e determinante, particularmente se tem de ser estruturado antes de poder começar a estruturar? Quais são os efeitos da tentativa de teorizar um mecanismo no indivíduo que é simultaneamente socialmente constituído e socialmente constituinte?

Um dos efeitos necessários de *A Reprodução* é, certamente, uma teoria da reprodução cultural que constitui pouco mais do que uma genética cultural. Como vimos, Bourdieu e Passeron consideram que qualquer acção pedagógica praticada por qualquer grupo social apenas ajuda a manter e até acrescer a dominação da acção pedagógica dominante e, conseqüentemente, reproduz a posição dominante da classe dominante. Existem, segundo eles, condições para a reprodução perfeita – isto é, um *habitus* particular deve ser constituído e a acção pedagógica deve ser considerada legítima –, mas, com efeito, o cultural, em vez de actuar sobre as relações de força, torna-se para eles meramente funcional. Como resultado, o que ocorre é um interminável processo de reestruturação, mantendo-se o equilíbrio das relações de força.

É evidente que a análise extremamente determinista da reprodução cultural de Bourdieu e Passeron se radica na sua incapacidade de basear as suas proposições numa análise profunda da evolução da estrutura de classes da sociedade capitalista e das suas formas de luta em transformação. Deslocam a luta de classes para a esfera cultural e não têm portanto conceitos para tratar as

relações de classe a nível geral e sistemático. Como resultante, as relações de poder são mistificadas, estudantes e professores são reduzidos a um ritual. Uma análise alternativa, que neste momento pode ser apenas apontada, poria ênfase nos efeitos primários da reprodução, nomeadamente a contradição. Contradição que é reforçada pelo aumento crescente dos «sectores médios» da sociedade. A preocupação central seria a luta por diferentes ideologias educativas nas escolas que são transmitidas através da política educativa, das práticas dos professores, etc.

Apesar do seu determinismo, *A Reprodução* continua a ser, contudo, uma obra de peso. Bourdieu e Passeron apreenderam a realidade maciça da reprodução das desigualdades sociais através da educação nos países de capitalismo avançado. O que pretendem afirmar é que não é nos indivíduos ou em grupos sociais que se encontra o mecanismo de distribuição da oportunidade educacional, mas na própria cultura académica. E essa cultura serve efectivamente a classe dominante. A sua teoria social funda-se na convicção de que, com violência subtil mas efectiva, uns exercem poder sobre outros na sociedade. *A Reprodução* constitui um argumento poderoso como suporte desta convicção.

19 de Outubro de 1978

Referências bibliográficas

- BAUDELLOT, C., & ESTABLET, R. (1971). *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspero.
- BERNSTEIN, B. (1977). *Class, codes and control: Vol. III, Towards a theory of educational transmissions* (2.^a ed.). Londres: Routledge and Kegan Paul.
- BOURDIEU, P., & PASSERON, J-C. (1977). *Reproduction in education, society and culture*. Londres: Sage Publications.